

GÊNESE, FUNÇÃO E ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DA DOUTRINA GERENCIALISTA: a teoria dos gestores

Introdução

Eles estão em todos os lugares, em grandes empresas, em algumas estruturas estatais. Em todos esses lugares encontramos gestores. Esses homens ocupam posições estratégicas em grandes organizações de modo que as mais importantes decisões passam por eles. Parafraseando Mills (1981), mencionar seus nomes é mencionar a empresa que eles dirigem e vice-versa. Não se pode falar de Elon Musk sem falar de Tesla ou SpaceX, por exemplo. Como explicou Mills (1963, 1981), há muitas décadas, eles têm que ter cuidado ao tomar decisões que possam influenciar o futuro das empresas que dirigem. Todos eles são ricos e influentes, à frente de grandes corporações em que ganham milhares de dólares por hora.

As funções ocupadas, na qualidade de CEO, CFO, CIO ou CMO etc., oferecem-lhes privilégios que a grande maioria dos funcionários não desfruta. Para alguns autores que serão considerados no presente artigo, as fortunas que ganham nestas posições fazem deles uma nova classe distinta do proletariado e dos capitalistas. Não estamos falando apenas de três homens, mas de todos os gestores que estão na liderança das grandes empresas como Apple Inc, Microsoft ou Samsung Electronics etc. De acordo com esses privilégios, eles se tornaram o objeto principal de uma “teoria dos gestores” ou “doutrina gerencialista”, que os considera componentes de uma classe social distinta, por um lado, dos proletários por sua renda elevada e pelos privilégios de que desfrutam, e, por outro lado, dos capitalistas, pelo fato de que controlam as empresas, as administram sem serem, no entanto, seus proprietários únicos ou principais.

Essa teoria dos gestores como uma nova classe está, historicamente, ligada à “revolução gerencial” de Burnham (1941), segundo a qual a sociedade, da transição entre os anos de 1930 e 1940, passava por inflexão rumo a uma condição social de não ser nem capitalismo nem socialismo. Uma sociedade na qual os gestores seriam a nova classe dominante. Com suas ideias ancoradas numa revolução gerencial, Burnham desembocou em uma espécie de irracionalismo. A propositura analítica de Burnham foi duramente criticada por Lukács (2020) em *A destruição da razão* em que se demonstrou que a sustentação meramente teórica de uma transição para uma sociedade nem capitalista nem socialista reverberava as tendências da ideologia denominada “terceira via”. Segundo Lukács (1961), tal ideologia sustenta que nem capitalismo nem socialismo corresponderiam às verdadeiras aspirações humanas, tendo por função impedir que, em contexto de crise social, sejam extraídas conclusões a respeito das problemáticas essenciais e incontornáveis do modo de produção capitalista. Para o autor, a terceira via é uma

apologia indireta do capitalismo, uma apologia que consiste em uma aparente rejeição do capitalismo sem realmente rejeitar seus fundamentos. *A Revolução Gerencial* de J. Burnham conteria, portanto, uma espécie de apologia indireta do modo de produção capitalista.

Esta terceira via como formação ideal está ligada às condições que tornaram possível seu surgimento. Nenhuma formação ideal tem uma existência autônoma e, por isso, cabe tratar o assunto a partir da determinação social do pensamento (CHASIN, 2009). Além disso, como sugeriu Lukács (2020), não há ideologias inocentes. Todas as formações de pensamento têm função social e tendências ocultas que devem ser descobertas. Burnham e sua revolução gerencial não são exceções precisamente porque nas entrelinhas de sua propositura analítica, como apologia indireta ao capitalismo, há aspirações moldadas como falsa representação que devem ser desveladas. Aqui já é possível delimitar de modo inicial que a teoria dos gestores é uma expressão específica da ideologia da terceira via. Conforme veremos, é o desvelamento da apologia indireta efetivada pela teoria dos gestores que auxiliará sua especificação, isto é, a caracterização de sua diferença específica como particularidade da ideologia da terceira via.

A teoria dos gestores cortou todo o século XX, ganhando expressão em diferentes autores de diversos matizes inclusive no século corrente. Uma das elaborações mais recentes, e que remonta a meados da década de 1970, encontra autoria nos autointitulados marxistas Gerard Duménil e Dominique Lévy (2018), cuja propositura analítica não é inteiramente diferente da de Burnham em termos de forma, ou seja, uma sociedade com gestores no controle. Como autores ainda ativos neste assunto e com considerável difusão internacional, a tarefa é analisar se é persistente uma apologia indireta ao capitalismo não obstante as possíveis particularidades comparativas, incluindo o fato de que enquanto Burnham estava imerso nas decorrências da crise de 1929 e da segunda guerra mundial, Duménil e Lévy testemunham os efeitos da crise dos anos de 1970. A partir daí, dois fatos chamaram nossa atenção sobre este assunto. Seja Duménil, Lévy ou Burnham, suas discussões aparecem após períodos de grande crise no sistema capitalista. O segundo fato é que, apesar das posições destes homens, como Burnham é de direita e Lévy e Duménil se autodenominam marxistas, suas posições sobre este assunto não divergem inteiramente.

Após a observação destes fatos, chegamos a três aspectos importantes para o presente artigo e que decorreram das sucessivas aproximações realizadas durante a pesquisa. O primeiro é que esta teoria apareceu em sua gênese como uma tentativa de propor uma nova administração do capital, ou seja, uma tentativa de encontrar uma solução para a “incontrolabilidade do capital”, para usar a acepção de Mészáros (2011). Se for admitido explicitamente, no entanto, que o capital é incontrolável em sua essência, que as medidas têm eficácia contingente e de

temporalidade demarcada, ou se for aceita a conclusão de que os problemas das crises do capitalismo vêm de seus fundamentos, isto significaria reconhecer a falência do próprio pensamento burguês. Por esse motivo, há uma constante fuga desse pensamento para o reino dos métodos de administração política do capital. O segundo aspecto sugere que esta teoria apareceu como uma ideologia utilizada na luta entre capitalismo e socialismo. Como veremos em maiores detalhes – incluindo a determinação ontológica da ideologia –, a teoria sustenta uma terceira via inexistente. E, como nos ensinou Lukács (1961), qualquer ideologia que contenha uma terceira possibilidade entre capitalismo e a alteração estrutural das relações sociais de produção como alternativas históricas é uma apologia indireta do capitalismo uma vez que não atinge, jamais, seus fundamentos. Esta terceira via, segundo Lukács (2020, 1961), foi arma de primeira ordem dos intelectuais burgueses para combater a ideologia proletária na figura do materialismo histórico. O terceiro aspecto, e de certa forma aglutinador dos dois primeiros, é que a teoria dos gestores, em sua função ideológica, é muito bem-sucedida até os dias correntes porque sustentar os gestores como a nova classe dominante pode não ser o verdadeiro propósito da ideologia, sendo este apenas seu modo de aparência mais superficial. Como dizia Engels, as forças que impulsionam as ideologias estão ocultas, não estão à mostra em uma primeira mirada (ENGELS, 1893). Defenderemos ao longo do artigo que o propósito fundamental da teoria dos gestores é o de convencer amplas camadas das classes sociais de que o capital pode ser administrado indefinidamente e, assim, fazer frente a qualquer ideologia revolucionária que se coloque para além do capital. O fato de esse aspecto não estar à mostra *prima facie* pode explicar a adesão mesmo de autointitulados marxistas, como Duménil e Lévy, a uma posição equivocada dessa natureza.

A chamada teoria dos gestores ou “doutrina gerencialista” (ZEITLIN, 1989), conforme tratada na presente dissertação, sempre esteve diretamente presente nos estudos na área de administração ainda que de modos variados. Um desses modos pode ser observado no lugar de importância que os gestores em geral têm para o pensamento administrativo apesar de sua determinação como classe ser menos afirmada.

Nessa direção, é possível rastrear certa exaltação dos gestores desde o século XIX, nas figuras de David Ure e Alfred Marshall, ganhando ímpeto marcadamente na área de administração com a disseminação do taylorismo e das ideias de Peter Drucker no século seguinte (PAÇO CUNHA, 2016). Essa observação ganha respaldo não apenas nos notórios termos normativos e exortativos do pensamento administrativo, mas também nos fundamentos de algumas teorias de grande difusão, como as teorias dos custos de transação, da escolha racional, da racionalidade limitada, da gestão estratégica e da teoria da agência (PAÇO

CUNHA; JORGE, 2022). Em tais fundamentos haveria lugar reservado ao debate a respeito dos gestores como agentes maximizadores de resultados tendo em vista a separação entre gestão e propriedade nas grandes corporações capitalistas (aspecto central, como veremos, para a “doutrina gerencialista” ou “teoria dos gestores”). Essa linha de presença da doutrina em tela obteve uma expressão acentuada em Alfred Chandler (1977) para quem os gestores encarnariam a “mão visível” que direciona as mudanças das grandes corporações e, por decorrência, ajudam a modelar a dinâmica histórica dos mercados.

Mesmo as correntes consideradas mais críticas nos estudos na área de administração aderiram de modos variados à teoria dos gestores como classe social. No campo de estudos denominado administração política, não foi infrequente observar essa clara tomada de posição (CARIBÉ, 2006; 2008; MOREIRA, 2008). Por decorrência das críticas à experiência soviética, essa mesma posição pode ser observada no campo mais ligado aos estudos organizacionais, sobretudo nos exemplos de Fernando Prestes Motta e Maurício Tragtenberg os quais ecoaram as ideias do lusitano João Bernardo de muitos modos (PAÇO CUNHA, 2016). Levando-se em conta que Motta e Tragtenberg são considerados autores centrais ao desenvolvimento dos estudos organizacionais no Brasil, fica sugerida uma difusão nada desimportante daquela “doutrina gerencialista” ainda que com inclinações distintas das observadas na literatura diretamente normativa e exortativa antes indicada.

Talvez o caso mais desenvolvido no Brasil e com amplas repercussões na área de administração seja a produção intelectual de Bresser-Pereira. Sob considerável influência do keynesiano J.K. Galbraith, o autor brasileiro tem defendido desde a década de 1960 que as transformações ocorridas apontam para a transição para um novo “modo de produção tecnocrático” no qual os gestores ocupariam lugar central como classe dominante (BRESSER PEREIRA, 1977; 1981). O autor também empregou “gerencialismo democrático”, buscando expressar as alegadas mudanças identificadas:

O gerencialismo democrático manterá muitas características do capitalismo – lucros e acumulação de capital, trabalho assalariado, coordenação de mercado de setores competitivos. A diferença fundamental é que a coordenação econômica da economia será feita de acordo não com a lógica do liberalismo econômico que fracassou, mas do desenvolvimentismo, que é a alternativa óbvia a esse liberalismo. Assim, assume-se que a classe gerencial dos gestores privados e funcionários públicos terá o papel estratégico de comandar o processo de acumulação e inovação do capital e, portanto, a tarefa de governar. (BRESSER PEREIRA, 2021, p. 10)

Para o autor, o chamado “gerencialismo democrático” vigerá “depois do capitalismo”,

como sugere o título do seu artigo citado, e sob o domínio dos gestores como classe social. E isso ainda que o modo de produção permaneça essencialmente tão capitalismo quanto antes?

Essas ideias, normativo-exortativas ou (aparentemente) críticas, estão presentes de muitas maneiras nos estudos na área de administração e nos estudos organizacionais. De fato, é mesmo possível dizer que fizeram parte da forja histórica de importantes correntes de pesquisa nesses campos de estudos. Cabe trazê-las para o primeiro plano por intermédio da discussão proposta, uma vez que não apenas Burnham fora autor decisivo para estabelecer certos elementos fundamentais da doutrina que encontramos nos estudos em administração e sobre organizações como também Duménil e Lévy têm se mostrado como plataforma de renovação desses mesmos elementos. A contribuição fundamental da presente pesquisa, portanto, pode ser identificada no tratamento crítico dado aos fundamentos da “doutrina gerencialista” que, de modos variados, ajudaram a moldar as teorias críticas ou não nos estudos da área.

Como todas as formações de pensamento, a ideologia dos gestores está ligada a condições sócio-históricas que permitiram sua formação, já que as ideias e ideologias não surgem por si só¹. Sem quaisquer condições de inocência, são chamadas a desempenhar funções sociais em lutas sociais. Na medida em que apresenta uma suposta transição para outra sociedade alternativa a qual não seria nem capitalismo nem socialismo, a teoria dos gestores mostra sua ligação com a terceira via.

Tentaremos estabelecer a gênese e função desta teoria no período em que atingiu seu mais alto nível de desenvolvimento. É importante o que Lukács (2020) destacou sobre a gênese e função de uma formação de pensamento, para compreender plenamente um sistema de pensamento ou filosofia, a descoberta de sua gênese e de sua função social é importante. Tão importante quanto é encontrar, por meio da análise imanente, os mascaramentos, a distorção das questões fundamentais da realidade social. Neste artigo, contentar-nos-emos em expor apenas as circunstâncias relacionadas com as características da teoria e sua gênese, também os elementos essenciais nos quais se baseiam seus defensores. Os autores que utilizaremos neste artigo não são os únicos que escreveram sobre este assunto, mas como nos concentraremos apenas nos elementos essenciais, isto não será realmente um fator dificultador aos propósitos da investigação.

¹ Chasin (1978, p. 77) mencionou que “ as ideologias, como todas as manifestações superestruturais, não possuem uma história autônoma, mas esta sua condição de dependência genética das forças motrizes de ordem primária não implica que elas não se constituam em entidades específicas, com características próprias em cada caso, que cabe descrever numa investigação concreta que respeite a trama interna de suas articulações, de modo que fique revelado objetivamente seu perfil de conteúdos e a forma pela qual eles se estruturam e afirmam”.

Gênese da doutrina gerencialista no caso clássico estadunidense

Esta teoria, como qualquer outra formação de pensamento, não surgiu por si mesma. Houve momentos na história, em um lugar específico, no qual todas as condições essenciais para seu surgimento se reuniram e alcançaram seu mais alto grau de desenvolvimento. Como vimos seguindo Lukács (2020), essas condições são ligadas a uma determinada situação da época que permitiu sua formação ideal em termos de gênese histórico-objetiva. A pesquisa realizada nos levou a considerar dois momentos históricos nos quais eventos sociais têm permitido tal formação ideal. Em um primeiro momento, é emblemática a crítica de Bruno Rizzi² segundo a qual haveria um processo de *burocratização do mundo* a partir dos desdobramentos da revolução russa. Tais acontecimentos, marcadamente a ascensão do estalinismo e o fracasso do proletariado, permitiram a consideração de que os novos homens à frente da burocracia estatal soviética e das empresas eram uma nova classe. Mandel apontou uma análise de Trotsky sobre a situação na União Soviética após a Revolução de outubro.

O estalinismo, a vitória da burocracia na URSS, é o resultado das derrotas parciais da revolução mundial. A revolução ainda não se espalhou vitoriosamente para os países avançados. Mas também não foi esmagado ao ponto de poder ser restaurado o capitalismo na Rússia (o imperialismo tentou alcançar esta restauração, primeiro em 1918-1921, depois em 1941-1944, finalmente, indiretamente, em 1947-51). O destino final da União Soviética depende do resultado final da luta de classes entre Capital e Trabalho em escala mundial. Se o proletariado mundial for definitivamente esmagado, a burocracia se tornará uma classe dominante (se é uma “nova classe dominante” ou uma burguesia mais ou menos clássica é outra questão). (MANDEL, 1980, recurso online, tradução nossa)

Este período sombrio na história da URSS permitiu a primeira aparição desta formação ideal já no final da década de 1930³. Pode ter começado na Rússia pelas mãos de Rizzi, mas foi nos EUA que atingiu seu mais alto grau de desenvolvimento com as grandes corporações, as intensificações das lutas sociais acompanhadas do desenvolvimento do capitalismo, as diversas crises do capitalismo naquela época, apresentando-se como segundo momento e, de fato, como o caso clássico da teoria dos gestores. Nesse segundo país, para o qual deslocou-se o centro

² Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/rizzi/bureaucratization/index.htm>, acesso em 06 de outubro de 2021.

³ É importante dizer que os episódios desenrolados na União Soviética não deixaram de influenciar o desenvolvimento da teoria dos gestores ao longo do século XX, sobretudo as tendências das análises libertárias e anarquistas como, por exemplo, o brasileiro Maurício Tragtenberg e o lusitano João Bernardo.

irradiador do desenvolvimento do modo de produção capitalista, reuniram-se as condições necessárias e suficientes em mais alto grau para o desenvolvimento de tal teoria dos gestores. Nisso reside sua classissidade. É por isso que quase todos os principais ideólogos, como Berle, Means, Burnham, Parsons, Galbraith ou Chandler, têm uma coisa em comum: os EUA e o crescimento do capitalismo corporativo. Até mesmo Duménil e Lévy (2005, 2008, 2012) se basearam no que aconteceu nos EUA na primeira metade do século XX em suas elaborações sobre este tema.

Destacaremos alguns dos fatores que compuseram as condições para delimitação dos EUA como caso clássico para a gênese da teoria em questão: separação entre propriedade e administração e a incontrolabilidade do capital. Ao fundo, opera o processo de desenvolvimento da grande corporação capitalista nas condições de crises do século XX e dos conflitos que têm, assim, ensejo.

Duménil e Lévy (2008), por exemplo, afirmaram que a separação da propriedade da gestão apareceu com uma grande revolução dentro do capitalismo nos EUA que teria provocado enormes mudanças nas estruturas de classe. Para estes dois autores, isso deu origem a uma nova classe dos gestores. Num artigo, Duménil e Lévy (2012) tratam de uma revolução gerencial que permitiu aos gestores cumprir tarefas organizacionais puramente capitalistas, mas é a separação da propriedade da gestão que acentua seu caráter de classe ao lado dos capitalistas e proletários através das funções que cumprem (a constituição da luta tripolar, à qual voltaremos na parte adiante dedicada ao assunto).

Muitos dos dados apresentados por esses autores vêm de análises empíricas que se concentram no controle que os gestores têm sobre essas grandes corporações nos EUA e separação da propriedade e da gestão. O exemplo de Galbraith em Mézáros (2011) também é importante, já que a elaboração de seu *Novo Estado Industrial* se baseia em dados nos EUA. De acordo com esses dados, foi a separação da propriedade da gestão que permitiu que os gestores assumissem o controle dessas empresas. É por isso que alguns autores se concentram no fato de que o poder e a influência dos gestores vêm da propriedade privada que dirigem e das funções que desempenham no lugar dos capitalistas nas empresas. É talvez sobre estes fatos empíricos que Burnham acredita que o poder reside no controle sobre as propriedades privadas (MILLS, 1963). Assim como Galbraith que sustenta que o poder reside nas mãos daqueles que tomam decisões em grandes corporações capitalistas (MÉSZÁROS, 2011). Em uma síntese:

Os fatos da separação entre gestor e proprietário, e o poder indireto do proprietário, são conhecidos há muito tempo. Tais fatos, no entanto, desde

pelo menos o início deste século, têm sido ampla e erroneamente considerados como significando que “uma revolução gerencial” tem ocorrido e está em curso e que a grande administração, substituindo a grande propriedade, está prevista para ser a próxima classe dominante. (MILLS, 1969, p. 101, tradução nossa)

Como já mencionamos, esta teoria está ligada a condições que se uniram e permitiram sua formação. A separação da propriedade e da gestão desempenhou um papel importante na sua ascensão, assim como o crescimento das grandes corporações nos EUA. Essa separação fez com que autores como Burnham, Duménil e Lévy acreditassem, cada um a seu tempo, que a sociedade já estaria caminhando para uma dominação dirigida por gestores.

Há outro fator que foi decisivo na gênese de tal teoria. A busca realizada por diferentes intelectuais de uma solução para os problemas da incontrolabilidade do capital parece ser uma determinante importante para a formação ideal. É preciso mencionar que muito antes da separação da administração da propriedade ou das grandes corporações, os problemas de incontrolabilidade do capital estavam em quase todos os debates com duas visões diferentes.

Há os problemas de incontrolabilidade de acordo com a posição socialista e os problemas de incontrolabilidade de acordo com a posição de vantagem do capitalista. É esta posição capitalista a respeito da incontrolabilidade do capital que nos interessa neste artigo. Esta posição de vantagem do capital abrangeu grandes pensadores como Adam Smith, segundo Mészáros. A posição em tela, diante das crises e riscos inerentes ao sistema do capital, procura remediar teoricamente os problemas em lugar de uma “reconsideração de seu sistema geral” (MÉSZÁROS, 2011, p. 137). Talvez Smith não tenha detectado as contradições entre o seu próprio pensamento e a realidade social, ou a contradição entre a evolução real da sociedade e a superfície perceptível dessa mesma realidade social, isto é, aquela “tensão dialética entre a formação racional dos conceitos e a sua matéria real” da qual nos falou antes Lukács (2020, p. 91) e que provoca a variação de respostas intelectuais. Entendemos melhor quando Lukács também nos ensina que a contradição entre a evolução real e a realidade social perceptível faz com que alguns pensadores se percam na representação da realidade social. Uma contradição que “explica porque alguns pensadores, mesmo estando de boa-fé, nos dão uma representação completamente distorcida da realidade social, simplesmente porque se limitam ao exame desta superfície diretamente perceptível” (LUKÁCS, 1961, p. 26, tradução nossa). Não se pode afirmar se Smith estava de boa-fé ou não, mas pode-se dizer que esta posição do capital o fez procurar o problema da incontrolabilidade do capital onde ele não deveria, como mostra Mészáros:

E, precisamente porque o sistema do capital não pode funcionar de nenhuma outra maneira que não a identificação da pessoa ao ponto de vista do capital, como o faz Adam Smith, exclui-se a possibilidade de buscar soluções que prescindam da aceitação incondicional do quadro de referências estrutural do sistema – com sua incontornabilidade objetivamente imposta – como “natural” e “perfeito”. (MÉSZÁROS, 2011, p. 138)

É uma visão que leva Smith e seus discípulos a verem os problemas do capital em termos das intenções e da motivação da pessoa que o controla. MéSZáros (2011) expõe que o problema da incontornabilidade do capital nunca foi de fato um problema para Smith e seus sucessores. Quando os problemas sobre o controle do capital tinham atingido seu auge, não querendo admitir que os problemas estão ligados aos próprios fundamentos do capital, os intelectuais burgueses se depararam assim com um dilema: seja defender um sistema sem controle ou ainda identificar uma pessoa para o controle (MÉSZÁROS, 2011).

Há uma famosa citação de Smith que nunca se poderia deixar de fora, pois é um argumento central:

Assim como todo indivíduo se esforça o quanto pode para empregar seu capital em apoio à indústria nacional e assim orientar essa indústria de modo a dotar seu produto do maior valor possível, cada indivíduo necessariamente trabalha para tornar o rendimento anual da sociedade tão grande quanto possível. Em geral, ele não tenciona promover o interesse público nem sabe o quanto o está promovendo. Ao preferir apoiar a indústria nacional e não a estrangeira, ele visa apenas sua própria segurança; e, ao orientar essa indústria de modo a que seu produto tenha o maior valor, visa apenas seu próprio ganho, e neste caso, como em muitos outros, é guiado por uma mão invisível para promover um objetivo que não fazia parte de suas intenções. ... Ao buscar seu próprio interesse, é comum que promova o da sociedade com eficácia maior do que quando tenciona realmente promovê-lo. ... É evidente que o indivíduo, em sua situação local, poderá julgar, muito melhor do que qualquer estadista ou legislador, em que espécie de indústria nacional poderá empregar seu capital e qual o produto com a probabilidade de ter o maior valor. O estadista que tentasse dirigir as pessoas quanto à maneira de empregar seus capitais não apenas se sobrecarregaria de cuidados bastante desnecessários, mas assumiria uma autoridade que não se poderia confiar seguramente, não apenas a pessoa alguma, mas a nenhum conselho, senado ou qualquer outra instituição; em lugar algum essa autoridade seria tão perigosa quanto nas mãos de um homem que tivesse tolice e presunção suficientes para acreditar-se adequado para exercê-la. (SMITH apud MÉSZÁROS, 2011, p. 135)

Para abreviar sem a necessidade de desenvolver seu argumento, Smith queria deixar claro que os capitalistas individuais poderiam enriquecer sua sociedade sempre que quisessem. Sem querer, o capitalista, ao procurar maximizar seu bem-estar, também ajuda a sociedade, pois o capitalista individual é ajudado por um mecanismo chamado “mão invisível” (MÉSZÁROS, 2011). A mão invisível de Smith significa admitir um sistema sem controle. Como se o capital

pudesse se controlar a si mesmo. Do ponto de vista do capital, foi necessário encontrar uma solução sem afetar os marcos referenciais da estrutura do próprio capital (MÉSZÁROS, 2011), e foi o que Smith fez. Entretanto, contrariamente às representações derivadas desse tipo,

[...] O sistema do capital permanece incontrolável precisamente porque o relacionamento estrutural objetivo entre a intenção consciente e a exigência expansionista objetiva não pode ser revertido dentro dos parâmetros deste sistema sociometabólico particular em favor de intenções verdadeiramente controladoras (isto é, intenções que deixariam a própria expansão sujeita ao teste das limitações positivamente justificadoras). Não pode haver espaço para intenções operacionais conscientemente executadas – ou seja, realmente autônomas – no quadro de referências estrutural do capital, porque os imperativos e as exigências rigorosamente instrumentais do sistema como um todo devem ser impostos e internalizados pelas personificações do capital como “suas intenções” e “suas motivações”. Qualquer tentativa de afastamento da necessária instrumentalidade resulta em intenções frustradas e nulificadas, ou seja, inteiramente quixotescas. O sistema segue (e implacavelmente afirma sobre todos os indivíduos, inclusive suas personificações “controladoras”) as próprias “determinações férreas”, não importando a gravidade de suas implicações até para a sobrevivência humana e num prazo nem assim tão longo. (MÉSZÁROS, 2011, p. 140)

A incontrolabilidade é um problema ligado à própria essência do capital, já que a própria determinação do sistema de capital está orientada para a expansão. Segundo Mézáros (2011, p. 138), “significa que está voltado nessa direção a partir de seu próprio ponto de vista objetivo – e é impelido pela acumulação, em termos da necessária instrumentalidade de seu objetivo projetado”. Mas se a única solução para a incontrolabilidade é negar totalmente o capital, podemos pedir à Stanley Jevons que abandonasse seu navio naufragado? Como grande ideólogo do capital, sempre procurará encontrar uma solução a ponto de considerar as crises do capitalismo como crises passíveis de resolução em equações matemáticas⁴. Os ideólogos burgueses evitam a mirada direta dos problemas e de seus elementos essenciais já que isto consistirá em aceitar que a incontrolabilidade do capital. A resolução em falsas representações da realidade se expressa em variadas formas teóricas, “como a benevolente “mão invisível” de

⁴ Mézáros (2011) apresenta W. Stanley Jevons como um dos pioneiros da revolução marginalista na economia clássica. Ele acreditava que as crises do capitalismo podem ser resolvidas por métodos científicos rigorosos ligados a instrumentos matemáticos. Em palestra que foi produzida em homenagem ao centenário da Riqueza das Nações de Adam Smith, ele propôs então uma ciência do dinheiro e da flutuação comercial que visaria compreender as causas das diversas crises. Como disse Mézáros, “desde então persistiu a ilusão, arraigada num otimismo exagerado, de que tal ciência – capaz de eliminar as deploradas “flutuações comerciais” e crises periódicas ou, na expressão de Jevons, “reviravoltas” – seria viável dentro dos parâmetros estruturais do capital, desde que fossem adotados “métodos quantitativos rigorosos” (encerrados em fórmulas matemáticas) por seus representantes; e na verdade rapidamente o foram, constituindo uma característica distintiva da nova ortodoxia” (MÉSZÁROS, 2011, p. 134).

Adam Smith, os “capitalistas cavalheirescos” instituidores do nacional-socialismo de Alfred Marshall ou à “tecnoestrutura” universalmente benéfica “produtora da convergência” de Galbraith etc., etc.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 160).

Os fatores considerados para a gênese da teoria embarçam-se em influências recíprocas:

A separação da gestão da propriedade e a proliferação de grandes corporações atendeu a certas necessidades teóricas da posição de vantagem do capital. Os instrumentos de produção são agora controlados por novos agentes na pessoa dos gestores. Não é mais uma questão de revolução marginalista, agora é uma questão de revolução gerencial. Uma nova era está se abrindo e os gestores se tornaram aos olhos daqueles intelectuais uma espécie de socorristas do capital. Não é mais uma questão de controle sem um controlador, mas sim um controlador que não é capital ou trabalho, mas um terceiro.

Estamos agora diante de uma nova representação da realidade objetiva. A mão invisível de Smith havia dado aos capitalistas o controle operacional do sistema, agora os gestores estão assumindo o controle através da tecnoestrutura. Do ponto de vista do capital, a incontrollabilidade foi vista como um problema relacionado às personificações do capital e não às contradições que existem entre produção e controle na qualidade de falhas centrais do sistema capitalista (MÉSZÁROS, 2011). Agora, ainda que por vezes de modo implícito, pretende-se sustentar que diante do fracasso dos capitalistas individuais cede-se lugar aos gestores profissionais capazes de efetivamente controlar o capital. Assim, o surgimento das grandes corporações simultaneamente à separação da administração da propriedade serviria aos propósitos de preservação do sistema como um todo ainda que a sociedade assim nascente não se parecesse mais, como sustentam aqueles ideólogos, uma sociedade autenticamente capitalista. Ainda assim, não é possível eliminar as contradições objetivas por meio de operações puramente teóricas e com doses de esperança. Mas isso não impediu, a partir do surgimento da grande corporação e da separação entre administração e propriedade que a acompanhou, o surgimento de ideologias e teorias que propunham um melhor controle do capital por um novo grupo de homens especializados. Para resumir, a maioria dessas teorias tem uma aparência anticapitalista e anti-socialista – porque a luta contra o socialismo ainda está em curso – e sustentam haver uma terceira possibilidade então em desenvolvimento para a sociedade com uma nova classe dominante⁵.

⁵ A terceira via é uma luta contra o socialismo. No Volume I da *Destruição da Razão* por Lukács, o ódio anticapitalista que havia tomado a massa foi utilizado pelos filósofos burgueses a seu favor propondo

Embora sua influência seja socialmente implícita, a busca de uma solução para a incontrollabilidade do capital tem desempenhado um papel importante na formação da teoria, na medida em que os ideólogos assim orientados têm se deixado levar por pseudo-fatos para fatos. Como explicou Zeitlin, os pseudo-fatos “servem para desviar a atenção dos aspectos críticos da estrutura social, das relações sociais determinantes e dos processos sociais básicos. Eles podem inspirar não apenas “explicações”, mas também “inferências” e “teorias”, que confundem e obscurecem ainda mais a realidade social” (ZEITLIN, 1974, p. 1074, tradução nossa). O caso da separação da propriedade do controle é então considerado como um pseudo-fato que permitiu o surgimento de uma teoria a respeito de uma nova classe social que tomou o lugar dos capitalistas. Com esta separação, Zeitlin (1974) nos diz que a visão dominante na época enfatizava as empresas modernas com seus grupos gestores e acionistas, o que permitia uma ruptura abrupta entre as famílias capitalistas e os meios de produção, mudando assim a estrutura de classe e a economia política do capitalismo. Para Parsons e Smelser, por exemplo, isso provaria que as famílias que estavam à frente das grandes empresas capitalistas não foram capazes de consolidar seu domínio, já que uma nova classe de gestores não proprietários as substituiu e o velho modelo de relações de classe não existe mais (ZEITLIN, 1974). Com esta separação entre a administração e a propriedade,

O conflito social básico não é mais entre capital e trabalho porque na sociedade pós-capitalista as classes dirigentes e sujeitas da indústria e da sociedade política não são mais idênticas; ... há, em outras palavras, em princípio [sic], duas frentes de conflito independentes.... Isto acontece cada vez mais, pois dentro da indústria a separação da propriedade e do controle aumenta e à medida que os capitalistas mais universais são substituídos por gestores. (ZEITLIN, 1974, p. 1076, tradução nossa)

Na era das grandes corporações, os gestores tornaram-se pessoas importantes por causa das funções que desempenham no sistema de produção capitalista. Para Pereira (2014), estamos diante de uma revolução organizacional onde as empresas familiares são substituídas por organizações empresariais “que é o sistema social administrado segundo o critério da racionalidade instrumental no qual o lucro é o objetivo e a administração eficiente, o meio para alcançá-lo” (PEREIRA, 2014, p. 168). Mandel (1982) mostra que nesta busca de maximização do lucro ou do capital por parte das grandes empresas, estas últimas adotam modelos organizacionais adaptados aos objetivos estabelecidos e assim delegam a um grupo de gestores

uma terceira possibilidade que nada mais é do que uma luta contra a filosofia proletária "O materialismo dialético e histórico" (LUKÁCS, 2020, 1961).

um certo poder sobre os meios de produção. Como diz Mandel,

A profunda tecnicidade e racionalização da administração de empresas e companhias representa uma unidade dialética de dois processos opostos – por um lado a delegação crescente do poder de decisão sobre questões de minúcia, e por outro lado a concentração crescente do poder de decisão sobre questões cruciais para a expansão do capital. Técnica e organizacionalmente, isso se exprime pela corporação “multidivisional” e pela compulsão a subordinar, ainda mais rigorosamente do que antes, a delegação de autoridade às considerações sobre a lucratividade global da empresa. A tendência para a direção do “processo imediato de produção” ser tecnicamente separada do processo de acumulação de capital, uma tendência que se manifestou pela primeira vez com o aparecimento das sociedades por ações [século XIX] (...) alcança larga difusão na época do capitalismo tardio (...) [1950 em diante]. A unidade entre a delegação de poder para decidir minúcias e a concentração de poder para decidir questões concernentes à valorização do capital forma assim uma unidade de opostos, na qual a relação definidora do capital, isto é, a possibilidade de dispor dos maiores montantes de capital, constitui o árbitro final. O erro dos que sustentam a tese da “burocratização” das grandes empresas ou o predomínio da “tecnoestrutura” [expressões variantes da teoria dos gestores] prende-se ao fato de confundirem a articulação técnica do exercício do poder com seu fundamento econômico – a fonte efetiva desse poder. (MANDEL, 1982, p. 171-172, grifos no original)

Não há necessidade de acrescentar ao que Mandel disse. A separação da administração da propriedade nas grandes corporações fez com que muitos autores sustentem a tese duma nova classe em uma nova sociedade administrada. Ao delegar poder para as mãos de certos gestores não foi eliminado o fundamento econômico, as necessidades de valorização e reprodução do capital. Entretanto, é a busca de uma solução para a incontrolabilidade do capital que leva os intelectuais em vista destes eventos sustentam a existência de uma terceira via, uma nova classe para o domínio social da sociedade, uma terceira possibilidade que não é nem o socialismo nem o capitalismo. Mas o capital e os fundamentos econômicos permanecem nessa considerada “nova” sociedade. Na sua gênese, já é possível apontar que a teoria em tela é uma variante de apologia indireta do capital e dos fundamentos do capitalismo, mas o capitalista como uma personificação do capital pôde ser substituído teoricamente pelo *manager* que expressaria supostamente uma terceira posição entre capital e trabalho, entre capitalismo e socialismo.

Elementos fundamentais da doutrina gerencialista e sua função social

Para começar, devemos voltar a insistir que a teoria dos gestores consiste em apontar para a constituição histórica de um outro tipo de sociedade que não é nem socialismo nem

capitalismo, mas supostamente uma sociedade gerencial. Houve e haverá, a depender do tempo histórico de cada ideólogo considerado, um momento em que os gestores assumem o controle da sociedade e ela passa a ser uma sociedade gerenciada por essa classe. Para esta teoria, a evolução social da sociedade habilitou novos entrantes ao jogo de dominação social do qual surge uma transição para uma sociedade dirigida por gestores. Nas palavras de seu ideólogo,

A teoria sustenta, para começar, que estamos agora em um período de transição social no sentido que foi explicado, um período caracterizado, isto é, por uma taxa de mudança extraordinariamente rápida dos mais importantes aspectos econômicos, sociais, políticos, e instituições culturais da sociedade. Essa transição é do tipo de sociedade que chamamos de capitalista ou burguesa para um tipo de sociedade que chamaremos de gerencial [...] O que está ocorrendo nessa transição é um impulso para o domínio social, para o poder e o privilégio, para a posição de classe dominante, pelo grupo social ou classe dos gestores [...] no final do período de transição os gestores terão, de fato, alcançado o domínio social, serão a classe dominante na sociedade. (BURNHAM, 1941, p. 71-72, tradução nossa)

A teoria admite através de Burnham (1941) que as ideologias capitalistas se tornaram obsoletas por não responderem mais à realidade social. As várias crises pelas quais o capitalismo passou enfraqueceram suas bases ideológicas. Agora são os gestores e as ideologias gerenciais que começaram a subsistir, apontando para o fim do capitalismo. Não é apenas Burnham, mas quase todos os autores com ligações com a teoria dos gestores sustentam que as ideologias capitalistas se tornaram obsoletas e irrelevantes com a evolução social.

As ideologias capitalistas estão agora se desgastando, junto com a sociedade capitalista da qual são ideologias; e muitas novas ideologias estão lutando pelos empregos que ficaram vagos. [...] Na atualidade, as ideologias que podem ter um impacto poderoso, que podem fazer verdadeiros avanços, são, naturalmente, as ideologias gerenciais, pois são elas que só correspondem à direção real dos acontecimentos. [...] No lugar dos conceitos capitalistas, existem conceitos adequados à estrutura da sociedade gerencial e ao governo dos gestores. (BURNHAM, 1941, p. 190, tradução nossa)

Para os adeptos da teoria, o enfraquecimento das ideologias capitalistas traria consigo o fim do capitalismo.

A teoria dos gestores também admite o plano político uma vez que reconhecem a gestão no interior do Estado e os processos de consolidação de uma espécie de controle sobre os instrumentos de produção em que os gestores, administradores ou tecnocratas desempenham a função principal. Segundo Mészáros (2011), Galbraith argumentou a respeito de um “Novo Estado Industrial” com amplas ressonâncias com a caracterização fornecida por Burnham. Tal

como este, Galbraith acreditava que o controle estatal dos instrumentos de produção permitiria aos gestores na estrutura estatal o controle da sociedade, de modo que a planificação substituiria o mercado em que o Estado é chamado a dar respostas aos problemas que a fraturam, tais como a estabilização dos preços e salários. Assim, a teoria sustenta haver uma nova estrutura econômica que estaria sob o controle do novo Estado Industrial e estabeleceria a base para o domínio social dos gestores. Por este motivo, lemos que:

Quando, finalmente, a maior parte dos instrumentos de produção passa a ser propriedade e controle governamental, a transição está, em seus fundamentos, concluída. O “estado limitado” do capitalismo é substituído pelo estado gerencial “ilimitado”. A sociedade capitalista não existe mais ou perdura apenas quando um remanescente temporário da sociedade gerencial tomou seu lugar. (BURNHAM, 1941, p. 118, tradução nossa)

Uma estrutura econômica baseada na propriedade estatal dos principais instrumentos de produção fornece o enquadramento para o domínio social dos gestores. Deve também notar-se que esta é aparentemente a única estrutura econômica através da qual o domínio social dos gestores pode ser consolidado. (BURNHAM, 1941, p. 130, tradução nossa)

Não é nosso alvo particularizar as considerações para destacar o envolvimento do Estado na ascensão e no domínio social dos gestores de acordo com teoria, sobretudo a partir de uma suposta instauração, como informou Burnham (1941), de uma nova estrutura econômica por meio do aparelho estatal, isto é, uma estrutura econômica que desconhece capitalismo ou socialismo. Nossa preocupação no momento está ligada mais às considerações gerais daquela teoria dos gestores. Nesse diapasão, a despeito de algumas diferenças a serem destacadas mais tarde entre Burnham e Duménil e Lévy, importa sublinhar que suas proposituras analíticas básicas têm em comum o controle ou dominação de classe exercida pelos gestores. Assim, nas empresas e nos Estados, tais gestores aparecem como aqueles que, segundo esta teoria, terão o controle da sociedade, da economia etc., com o desaparecimento do capitalista.

Em termos mais simples, a teoria da revolução gerencial afirma apenas o seguinte: A sociedade moderna tem sido organizada através de um certo conjunto de instituições econômicas, sociais e políticas que chamamos de capitalistas, e que exibiram certas grandes crenças ou ideologias sociais. Dentro desta estrutura social encontramos que um determinado grupo ou classe de pessoas - os capitalistas ou a burguesia - é a classe dominante no sentido que foi definido. Atualmente, estas instituições e crenças estão passando por um processo de rápida transformação. A conclusão deste período de transformação, a ser esperado num futuro relativamente próximo, encontrará a sociedade organizada através de um conjunto bastante diferente de grandes instituições econômicas, sociais e políticas e exibindo crenças ou ideologias sociais bastante diferentes. Dentro da nova estrutura social, um

grupo ou classe social diferente - os gestores - será a classe dominante ou governante. (BURNHAM, 1941, p. 74, tradução nossa)

Em geral, esta teoria faz dos gestores a nova classe dominante. Sua ascensão ao poder dentro das estruturas estatais e corporativas é o início da destituição dos capitalistas na sociedade, com as ideologias capitalistas já obsoletas e com o decorrente abrandamento do controle que elas teriam sobre as estruturas importantes relacionadas aos instrumentos de produção. Esta teoria sustenta o fato de que os gestores que assumiriam o controle da sociedade o fazem sem que os capitalistas percebam. Segundo Kaya e Martin (2016), a globalização⁶ já permitiu uma interligação entre os gestores do mundo inteiro. A globalização, segundo esses autores, surgiu como um fator chave que lhes permitiu ter uma consciência de classe e que todos eles estão ligados através de alianças transfronteiriças e grandes fusões comerciais importantes feitas entre as grandes empresas mundiais (KAYA; MARTIN, 2016). A globalização reestruturou também as relações econômicas e as estruturas de classe na sociedade e criou as condições para o surgimento desta nova classe formada por líderes de grandes corporações mundiais:

Embora a maioria das evidências apresentadas pela literatura do TCC⁷ se concentre no surgimento do TCC como um local objetivo de classe, a formação de classes também envolve uma experiência subjetiva compartilhada dentro da sociedade global. Uma literatura mais ampla descreve como a globalização está criando possibilidades para novas formas de mobilização de classes. A reestruturação do capital global inspirou alianças de trabalho transnacionais e novas formas de organização transfronteiriça [...] enquanto as lealdades ligadas à geografia se tornaram mais fluidas e cada vez mais misturadas com outras fontes de identidade que se estendem além das fronteiras nacionais e do senso de “territorialidade” [...] No entanto, os impactos gerais da globalização sobre a identidade são desiguais, pois a

⁶ Para muitos adeptos da teoria, a globalização não tem sido realmente considerada como um elemento fundamental da teoria. Entretanto, obras recentes de autores como Kaya e Martin (2016), Intan Suwandi e John Bellamy Foster (2016) e Vasudevan (2017) têm em suas visões que as grandes corporações, ao se tornarem multinacionais, permitiram aos gerentes controlar a economia mundial e também aumentar muito mais suas fortunas. Intan Suwandi e John Bellamy Foster mostram que, com a globalização, as grandes corporações se tornaram tão influentes que "exerceram um poder de empurrar e puxar sobre os estados nos quais estavam sediados, ao mesmo tempo em que frequentemente o dominavam sobre os estados mais fracos nos quais introduziram o investimento estrangeiro direto" (SUWANDI; FOSTER, 2016, p. 121, tradução nossa). A questão, porém, não repousa em admitir o poder do capital concentrado na forma das grandes corporações, mas que elas seriam índice de uma transição societal que expressaria o término do capitalismo, a evitação do socialismo e a constituição de uma terceira classe dominante. O trabalho de Vasudevan (2017), com base no trabalho de Thomas Piketty, argumenta que a ascensão global das grandes corporações significa que os super-gestores estão ficando mais ricos a cada dia e estão acentuando ainda mais a desigualdade social dentro da sociedade.

⁷ “TCC” é acrônimo em inglês para “classe capitalista transnacional”, composta pelos principais gestores, administradores, etc.

crescente integração na economia global pode provocar movimentos reacionários e balcanização entre as massas enquanto promove as identidades transnacionais e a solidariedade entre as elites [...]. (KAYA; MARTIN, 2016, p. 234, tradução nossa)

Com essas alianças transfronteiriças, a “nova elite global” formada pelos gestores de grandes empresas está começando a formar uma identidade de classe, segundo os propositores acima. Tais gestores tomariam decisões para seus interesses e objetivos comuns. Os autores supracitados nos sustentam que,

Nesta fase atual do capitalismo mundial, uma classe de elite de investidores, empresários e os dirigentes de empresas multinacionais formam cada vez mais colaborações com aliados em governos nacionais e agências internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) a fim de moldar o discurso político e forjar os contornos da economia mundial em seu benefício mútuo. (KAYA; MARTIN, 2016, p. 232, tradução nossa)

Burnham (1941) tinha insinuado isso quando mencionou que a economia mundial estaria sob o controle dos gestores e que eles poderiam colocar capitalistas para fora da economia. Por outro lado, Chesnais (2000) sustentou que a globalização permitiu aos novos proprietários de capital aumentar seu domínio através de empresas multinacionais, ou seja, é o capital financeiro que está na liderança com seus investidores institucionais e seus administradores de fundos de investimento. Embora esta discussão sobre a globalização não seja unânime, o surgimento de grandes empresas e o poder e influência que elas têm na sociedade está no centro do debate. A pergunta que precisa ser feita primeiro é: Quem são os gestores que controlam essas grandes corporações? Quais são suas ligações com os proprietários? De onde vêm suas fortunas?

Este debate sobre a participação da classe dos gestores começou com a separação da administração da propriedade nas grandes corporações, como vimos antes. A maioria dos defensores desta teoria, como no exemplo do que sustenta Burnham (1941), acredita que estes homens não vêm da classe capitalista, mas também não são proletários por causa das fortunas que possuem. Para Baran e Sweezy (1966), eles são os porta-vozes da classe capitalista, representam o escalão superior da classe proprietária, sua vanguarda. Para Pereira (2018), eles são profissionais experientes e qualificados nas melhores escolas e que também ocupam cargos importantes em grandes empresas. No entanto, Mills (1981) sugeriu sociologicamente que muitos deles vieram dos degraus mais baixos da escada social. Mais consistentemente, Zeitlin (1989) mostrou ainda que as famílias desses gestores estão mais ou menos intimamente ligadas aos grandes capitalistas. Assim, eles podem ter integrados a mesma classe social através de

laços sociais íntimos, casando-se com as filhas de grandes banqueiros ou a casa de um grande monopólio industrial (ZEITLIN, 1989; MANDEL, 1968).

A experiência prática mostra que os grandes “administradores” que chegaram ao auge de suas carreiras acumulam grandes fortunas, tornam-se grandes burgueses e consideram como o auge lógico de seu “sucesso” o casamento com a filha de um grande banqueiro ou do chefe de um grande monopólio industrial, tornando-se assim absorvidos pelos estratos superiores da grande burguesia e suas “grandes famílias”. (MANDEL, 1968, p. 540, tradução nossa)

Como também expõe Mandel, “nos Estados Unidos (...) dois terços de todos os quadros superiores e três quartos dos quadros financeiros, eles mesmos são originários da elite da sociedade” (MANDEL, 1968, p. 540, tradução nossa). Uma coisa é certa: eles são super ricos e são considerados parte da elite da sociedade (MILLS, 1981; ZEITLIN, 1989; BARAN; SWEEZY, 1966). E isso corrobora a ideia de que tais gestores se apresentam como uma espécie de fração ativa, uma vanguarda dos proprietários.

Porém, para alguns autores como Duménil (1975), o fato (ou pseudo-fato) de serem super ricos faria com que seus rendimentos não respeitassem a teoria do valor-trabalho tal qual se vê para o caso do proletário tradicional. Seus rendimentos são, na verdade, uma porcentagem do valor excedente extraído da mais-valia. Ora, o fato de serem remunerados como capitalistas não os identifica de certa maneira? Como destacaram Baran e Sweezy (1966), as garantias sobre as ações e dividendos que embolsam à frente da empresa são notórias, o que os coloca no topo da escada econômica. Para a teoria dos gestores, isso seria em si um índice de desenvolvimento de uma classe social. Vasudevan, nessa linha, afirma que:

As elites gerenciais dominantes não são simplesmente os 'agentes pagos' do capital corporativo. Ao contrário, elas exercem controle sobre os excedentes da rede corporativa global dos EUA e são a 'face' do capital corporativo. Assim, a transformação histórica do papel da elite gerencial em uma classe que representa o alcance global do capital corporativo dos EUA é um importante impulsionador da tendência distinta de remuneração paga à elite gerencial. (VASUDEVAN, 2017, p. 2, tradução nossa)

Embora venham das elites da sociedade, com a separação da gestão da propriedade, os ideólogos da teoria dos gestores sustentam que os gestores estão se distanciando cada vez mais da classe capitalista. Isto é o que Burnham afirmou ao mencionar que o controle dos gestores sobre a propriedade privada lhes permite distanciar muito mais os instrumentos de produção dos capitalistas. Então é o controle sobre os instrumentos de produção capitalista que dita as

regras de domínio social de acordo com o autor. Os gestores são, para Burnham (1941, p. 77), aqueles que mais provavelmente assumiam o controle da sociedade, uma vez que esses instrumentos de produção estão sob seu controle. A observação que Burnham fez na sua tese se baseia, segundo Mills, na hipótese de que “enquanto os proprietários estiveram ausentes, seus gestores funcionais vêm ganhando poder” (MILLS, 1963, p. 62, tradução nossa). Burnham acredita então que ausência de capitalistas nas empresas modernas deixa certa liberdade aos gestores porque a teoria dos gestores, como já mencionamos, sustenta que o poder reside no controle da propriedade privada e não em sua posse. Mas não há dúvidas quanto ao crescimento do poder encarnado nas posições estratégicas das grandes corporações. Como sugeriu Mills,

Na medida em que os homens podem fazer o que quiserem com a propriedade que possuem ou que eles administram para os proprietários, eles têm poder sobre outros homens. As mudanças no tamanho e na distribuição da propriedade trouxeram consigo um poder maior para alguns e uma impotência correspondente para muitos. [...] A posse da propriedade agora significa muito mais do que poder sobre as coisas que são propriedade; significa poder sobre os homens que não possuem essas coisas; seleciona aqueles que podem comandar e aqueles que devem obedecer. (MILLS, 1969, p. 105-106, tradução nossa)

Controle sobre as pessoas e controle sobre a propriedade são sinônimos de poder, de acordo com os ideólogos. Dificilmente se pode ignorar elemento tão empírico, pois o que tais gestores “fazem, no agregado, tem grande impacto sobre a dinâmica do sistema, efetivando, retardando, ou anulando tendências, além de afetar a vida de milhões” (PAÇO CUNHA; JORGE, 2018, p. 2). A aqui se mostra aquela presente “tensão dialética entre a formação racional dos conceitos e a sua matéria real” da qual nos falou Lukács (2020, p. 91). A questão não está em admitir aquela concentração de força econômica nessas posições estratégicas de comando do capital, mas tomar esse dado imediato como evidência de transição para outro modo societal, com nova classe dirigente. Nosso comentário se baseia no fato de que em geral os ideólogos da teoria sob análise acreditam que aquela separação entre propriedade e gestão favoreceu a ascensão dos gestores, com os capitalistas cada vez mais distantes dos instrumentos de produção, e que sua influência continuará a crescer a ponto de assumir o controle da sociedade. Eles são influentes, podem mobilizar milhares de pessoas em muitas direções. Eles são os chefes das grandes corporações e suas decisões podem influenciar a vida de muitas pessoas. É nesse sentido que Galbraith acreditava que é a empresa que lhes dá essa influência:

Na empresa industrial, o poder está nas mãos dos que tomam as decisões. Na empresa madura, esse poder passou, de modo inevitável e irrevogável, do

indivíduo para o grupo. Isto ocorre porque somente o grupo tem a informação que a decisão exige. Embora a constituição da corporação coloque o poder nas mãos dos donos, os imperativos da tecnologia e do planejamento transferem-nos para a tecnoestrutura. Como tecnologia e planejamento são o que confere poder à tecnoestrutura, ela obterá poder onde quer que eles sejam um aspecto do processo de produção. (GALBRAITH apud MÉSZÁROS, 2011, p. 164)

Não é segredo que foram as grandes corporações que permitiram aos gestores serem responsáveis pelas funções e instrumentos de planejamento da produção capitalista dada a complexificação quantitativa e qualitativa das tarefas envolvidas na valorização e reprodução do capital. Na transição das empresas familiares tradicionais para as grandes corporações modernas, os gestores foram habilitados a assumirem funções que antes eram desempenhadas por um único proprietário-gerente, mas que agora estão divididas em diferentes papéis nas empresas modernas (CHANDLER, 1977; ZEITLIN, 1974). De acordo com Baran e Sweezy, o capitalista individual não tem mais muita influência sobre a empresa moderna. O controle das empresas modernas “repousa nas mãos da administração, ou seja, do conselho de administração mais os diretores executivos” (BARAN; SWEEZY, 1966, p. 15-16, tradução nossa).

Segundo Daniel Bell, assistiu-se a uma ruptura do capitalista familiar, que tem sido considerada a base da classe burguesa (ZEITLIN, 1974). Os ideólogos da teoria sustentam que os gestores não proprietários substituem seus antecessores capitalistas, mas com motivações e comportamentos diferentes deles – agora mais orientados para resultados de longo prazo e para certa função social das empresas para a sociedade como um todo. Existe alguma outra motivação além de extrair mais lucro? O lucro é e continua sendo a função objetiva pela qual o desempenho gerencial de uma organização é avaliado, como diz Zeitlin, de modo que seus gestores devem respeitar seu compromisso com a sobrevivência da empresa sob risco de serem excluídos de suas posições.

[...] Mesmo se os “gestores” tivessem o controle total de cada corporação, eles ainda teriam que tentar obter o maior lucro possível dos trabalhadores e tirar o máximo proveito dos investimentos da corporação. A conduta dos administradores é moldada acima de tudo pelos imperativos da acumulação de capital - a luta competitiva entre os gigantes (agora global e não nacional), os tipos de investimentos que eles fazem e os mercados em que penetram, e as relações que eles têm com seus trabalhadores. A alta renda e o status gerencial dependem, direta e indiretamente, de altos lucros corporativos. As “opções de ações” e bônus e outras formas de “remuneração” de executivos além dos salários estão intimamente ligados às taxas de lucro corporativo. Quaisquer que sejam suas assim chamadas motivações profissionais ou impulsos de poder, seu trabalho em equipe tecnocrático e sua mentalidade burocrática, a decisão dos gestores sobre como organizar a produção e as vendas têm que ser medida em relação ao resultado final: eles não ousam

colocar em risco a lucratividade corporativa. (ZEITLIN, 1989, p. 160, tradução nossa).

Um desvio do objetivo de maximização do lucro levaria, segundo a Zeitlin, à substituição imediata do órgão administrativo existente.

Socialmente, a separação da gestão da propriedade continua sendo os fatores-chave na formação social da teoria dos gestores. Considerando-a como uma falsa representação da realidade por se limitar a modificações de superfície, então a base principal de sua formação talvez seja mal considerada por seus defensores. A separação da administração pode não ser um fato social, mas um pseudo-fato que tem sido capaz de confundir a realidade social levando à conclusão segundo a qual os administradores são a nova classe numa nova sociedade simultaneamente não capitalista e não socialista. Em sua pesquisa, Zeitlin (1974) chegou à conclusão de que a separação da gestão da propriedade é um pseudo-fato que pode ser um daqueles que são amplamente aceitos nos círculos científicos que sobrecarregam a ciência com teorias inválidas. Erros de pseudo-fatos para fatos sociais podem levar a raciocínios falsificados, teorias falsificadas como no caso da teoria dos gestores. Talvez assim também se explica a excessiva confiança de Berle e Means, entre os maiores propagadores da separação entre gestão e propriedade, em uma definição operacional de controle em vez de levar em conta questões analíticas (ZEITLIN, 1974).

Se o controle se refere à capacidade de determinar as políticas gerais de uma corporação, então se refere a uma relação social, não a um atributo. O controle (ou poder) é essencialmente relativo e relacional: quanto poder, com respeito a quem? [...] Portanto, o controle é conceituado aqui da seguinte forma: quando a estrutura concreta de propriedade e de relações intercorporativas torna provável que um grupo identificável de interesses proprietários seja capaz de realizar seus objetivos corporativos ao longo do tempo, apesar da resistência, então podemos dizer que eles têm “controle” da corporação [...] Para estimar a probabilidade de que um determinado indivíduo ou grupo controle uma corporação, então, devemos saber quem são os rivais ou potenciais rivais de controle e que ativos eles podem trazer para a luta. (ZEITLIN, 1974, p. 1090-1091, tradução nossa)

A teoria coloca os gestores como protagonistas nesta luta pelo domínio social numa sociedade alternativa, mas na realidade é uma luta pela permanência do capitalismo. É importante ter claro que os gestores na teoria são figuras que obstruem a apreensão do verdadeiro propósito da teoria. Não se pode estacionar na parte imediata da realidade social como de resto opera a teoria dos gestores. É necessário ir mais fundo para desvendar as próprias relações sociais que permitiram a formação da sociedade e as lutas sociais que surgiram dentro

dela, o que talvez nos leve a compreender a representação superficial que se expressa como teoria dos gestores.

A teoria dos gestores teve e tem um papel importante na conformação do desenvolvimento do modo capitalista de produção ao longo do século XX diante das suas contradições imanentes. Esse papel como ideologia não é proporcionado por ser uma representação falsa da realidade ao afirmar a transição para outra sociedade alternativa sob domínio de uma terceira classe enquanto o capital permanece sendo o eixo articulador principal e os principais gestores das corporações globalmente articuladas funcionam como personificações do capital. É possível destacar a conversão dessa teoria em ideologia ao considerarmos sua missão e funcionalidade objetiva.

Como indicado antes, na sociedade burguesa, em que a luta de classe se tornou muito mais intensa, a ideologia assume dimensão também intensificada:

Na medida em que o conflito social passa a fazer parte da realidade dos homens, apresentando-se como problemática vital, a ideologia volta-se à resolução dos problemas agora transpassados por este conflito básico, ou seja, a ideologia passa a se manifestar como um instrumento ideal através do qual os homens e as classes se engajam nas lutas sociais, em diversos planos e níveis. (VAISMAN, 2010, p. 50).

Nas lutas de classes capitalisticamente orientada, cadeias inteiras de classes produzem representações que podem exercer importantes papéis na manutenção do status quo social. No momento da crise da filosofia da burguesa da sociedade capitalista, a terceira via apareceu como uma solução para os problemas da crise, como um tipo de resposta particular para os dilemas socialmente postos. No plano social, esta ideologia rejeita superficialmente o capitalismo e rejeita totalmente o socialismo. A teoria dos gestores parece ser um ramo mais ativo da ideologia da terceira via, uma variante de inclinação mais afirmativa. Enquanto a terceira via, classicamente considerada, tinha por função obstruir a conclusão a respeito da conexão entre os problemas imediatamente postos e os fundamentos do capitalismo, a teoria dos gestores é mais positiva, habilitadora do entendimento de que o sistema do capital pode ser administrado indefinidamente por uma nova classe mais apta⁸.

Essa posição encontrou importante expressão teórica e prática, por exemplo, por meio

⁸ A teoria dos gestores parece ser a ideologia mais ativa da terceira via filosófica, pois sustenta outro tipo de sociedade na qual o capitalista perderá sua posição de domínio social, mas não será o socialismo que o substituirá, mas uma sociedade gerencial. Como mencionamos anteriormente, a Terceira Via propõe uma ideologia que não é nem capitalismo nem socialismo como a melhor possibilidade para a sociedade. Abriremos um pouco mais sobre isso na próxima seção.

do desenvolvimento da macroeconomia keynesiana e sua aposta na administração econômica por parte dos novos quadros técnicos na empresa e, sobretudo, no Estado. Não é possível subestimar a penetração do keynesianismo por mediação das políticas econômicas ao longo do século XX. Diante disso, é autorizado considerar o keynesianismo também como um modo de difusão da teoria dos gestores, sobretudo no que diz respeito ao aspecto ativo que precisa ser destacado quando a consideramos uma variante de terceira via. Nessa direção, ao considerarmos o desenvolvimento do keynesianismo como renovação do liberalismo no quadro da terceira via, é central sublinhar que passou a ser:

[...] Necessário desenvolver métodos capazes de responder aos imperativos postos, ainda que os diagnósticos (...) paguem tributos à superfície e jamais alcancem a forma histórica das relações sociais de produção ao fundo. A finalidade progressivamente colocada na ordem do dia é, diante dos problemas decorrentes do capitalismo e no evitamento da transformação das relações sociais de produção, convencer amplas camadas sociais de que as perturbações que abalavam a vida econômica da sociedade podem ser administradas ao infinito, cabendo encontrar ou desenvolver os métodos mais adequados para isso e que não firam, de modo algum, os princípios fundamentais. (...) trata-se de encontrar ou desenvolver métodos de administração do capital que respeitem os parâmetros reprodutivos da forma histórica, postergando sua transição para sempre. (PAÇO CUNHA, 2022, p. 8)

Conclusão

Tendo sua classissidade demarcada nos Estados Unidos, sua função social muito bem sedimentada sempre esteve em convencer amplas camadas sociais de que o modo de produção capitalista e suas contradições essenciais podem ser administrados indefinidamente. Não é apenas uma posição característica da terceira via em evitar que se retirem da crise a conclusão de que os problemas sociais identificados decorrem dos traços fundamentais do modo de produção capitalista. Tendo tal posição pressuposta, a função da “doutrina gerencialista” mostrou-se historicamente mais propositiva como variante da terceira via: os problemas sociais decorrentes da lógica intrínseca do modo de produção capitalista podem ser enfrentados por método de administração do capital levado adiante por uma nova classe gerencial formada e treinada para essa tarefa, importando, pois, as alianças políticas que essa nova classe dirigente perfaz como uma espécie de fiel da balança no direcionamento das políticas econômicas, das rendas etc. Assim, o modo de produção deve ser administrado e não necessariamente transformado, ainda que seja apresentado, segundo a representação distorcida da teoria, como se estivesse superado sob a forma de uma assim chamada sociedade gerencial.

Como missão e função, parece que a teoria dos gestores foi historicamente muito bem-sucedida. Vê-se isso precisamente no progressivo desaparecimento das alternativas revolucionárias e a predominância, seja keynesiana ou de posições adversárias (austríacos, escola de Chicago etc.), de tendências que, ao invés de colocar no horizonte a transformação das relações sociais de produção, buscam alimentar o estoque de medidas manipulativas de alterações superficiais no ímpeto de preservação do próprio modo de produção capitalista. A teoria dos gestores, ao promover a existência de uma alternativa que não seria capitalista, procura não apenas retirar de cena esse impulso, mas também convencer classes sociais de que é possível administrar o sistema e corrigir suas disfunções meramente contingentes

REFERÊNCIAS

BARAN, P. A.; SWEEZY, P. M. **Monopoly capital: an essay on the American economic and social order**. Cidade: Editora, 1966.

BERNARDO, J. **Gestores, Estado e capitalismo de Estado**. Revista Ensaio, 14, 1985.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Capital e organização no capitalismo tecnoburocrático**. Tempo Social, v. 26, no. 2, p. 165-185, 2014.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Depois do capitalismo, o gerencialismo democrático**. Revista de Administração de Empresas, v. 61, n. 3, 2021. doi.org/10.1590/S0034-759020210304

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Estado e subdesenvolvimento industrializado**. São Paulo: Braziliense, 1977.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Social classes and strata in contemporary capitalism**. São Paulo, 1981.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Capital e organização no capitalismo tecnoburocrático**. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 2, 2014.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Capitalismo financeiro-rentista, política e dinheiro**, Estud. av. 32 (92), Jan-Apr 2018. Disponível em <https://doi.org/10.5935/0103-4014.20180003>

BURNHAM, J. **The managerial revolution**. Van Rees Press: New York, 1941.

CARIBÉ, D. A. **Ciência ou ideologia?** A constituição do campo da Administração Política. Revista Brasileira de Administração Política. São Paulo, vol. 1, n.o 1, pp. 31-44. Hucitec, out. 2008.

CARIBÉ, D. A. **Das fábricas ao Estado, do Estado às fábricas: a formação dos gestores enquanto classe**. Mestrado (Administração). Salvador: UFBA, 2006.

CHANDLER, A. D. Jr. **The visible hand: the managerial revolution in American business**. Cidade: Harvard University, Press, 1977.

DUMENIL, G. **La position de classe des cadres et employés**. 1ere édition : Presse Universitaires de Grenoble, 1975.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. **Dynamiques historiques: Modes de productions, classes, ordres sociaux et Etats**. PSE-CNRS, 48 bd Jourdan, 75014 Paris, France, 2012.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. **Managerial capitalism: ownership, management, and the coming new mode of production**. Pluto Press, 345 Archway Road, London N6 5AA, 2018.

ENGELS, F. **Carta a Franz Mehring 14 de julho de 1893**. Disponível: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1893/07/14.htm> . Acesso em: 6 novembro 2021

GALBRAITH, J. K. **The New Industrial State**, Harmondsworth, Pelican Books, 1969.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. Revista de

JORGE, M. T. **Ações e reações do capital no Brasil (2004-2017)**, Revista Brasileira de Estudos Organizacionais – v. 7, n. 3, p. 327-373, setembro-dezembro, 2020.

KAYA, Y.; MARTIN, N. **Managers in the global economy: a multilevel analysis**. Article in Sociological Quarterly, August, 2015. DOI: 10.1111/tsq.12111.

LUKÁCS, G. **A destruição da razão**. 1a edição, São Paulo: Instituto Lukács, 2020.

LUKÁCS, G. **Existentialisme ou marxisme?** Les éditions Nagel, 7, Rue de Savoie, Paris (VIe), 1961.

LUKÁCS, G. **La destruction de la raison II**, L'irrationalisme moderne de Dilthey à Toynbee. L'Arche Editeur, 168, Boulevard Saint-Germain, Paris, 1959.

LUKÁCS, G. **La destruction de la raison, Les début de l'irrationalisme moderne de Schelling à Nietzsche**, L'Arche Editeur, 27, Rue Saint-André-des-Arts, Paris, 1958.

MANDEL, E. **Pourquoi la bureaucratie n'est pas une nouvelle classe dominante, 1980**. Disponível em: <http://www.ernestmandel.org/new/ecrits/article/pourquoi-la-bureaucratie-n-est-pas> . Acesso em: 05 outubro 2021.

MANDEL, E. **Capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MANDEL, E. **Marxist economic theory**. V. 2. New York: Monthly Review Press, 1968.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição** / István Mészáros: tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. - 1.ed. revista. - São Paulo: Boitempo, 2011.

MILLS, C. W. **A Elite do Poder**. 4e Edição, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1981.

MILLS, C. W. **White collar: the American middle classes.** Oxford University Press, 1969.

MILLS, C. W.; HOROWITZ, I. L. **Power, Politics, and People.** The Collected Essays of Charles Wright Mills - Oxford University Press, 1963.

MOREIRA, F. S. **Administradores políticos enquanto classe: um projeto de pesquisa.** Revista Brasileira de Administração Política. Salvador, v. 1, n. 1, 2008.

MOTTA, F. C. P. **Teoria das organizações: evolução e crítica** (2a ed). São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

PAÇO CUNHA, E. **Ensino da administração política e consciência de classe.** Revista Brasileira de Administração Política, 9(2), 33-33, 2016.

PAÇO CUNHA, E. **Keynes, Hayek e Friedman: pensamento econômico como ideologia na combinação histórica dos métodos de administração política do capital a partir da renovação do (neo)liberalismo.** XLVI Encontro da ANPAD – EnANPAD, 2022.

PAÇO CUNHA, E.; JORGE, T. M. **Função e gênese dos gestores econômicos do capital: ensaio baseado na crítica da economia política das organizações.** Revista Brasileira de Estudos Organizacionais, v. 9, n. 2, p. 630-660, 2022.

PAÇO CUNHA, E. **Henri Fayol na encruzilhada da “terceira via”:** organização da grande corporação e conflito social na forja do ideário fayolista. Revista Eletrônica de Ciência Administrativa. RECADM v.20 n.2 p.233-261, maio-agosto 2021.

PAÇO CUNHA, E.; JORGE, M. T. **Introdução à gênese e funcionalidade dos gestores econômicos do capital.** Conference: Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais, 2019.

PARSONS, T.; SMELSER, N. J. **Economy and society: a study in integration of economic and social theory.** Taylor & Francis e-Library, 2005.

SUWANDI, I.; FOSTER, J. B. **Multinational corporations and the globalization of monopoly capital: From the 1960s to the Present.** 2016. Disponível em: <https://monthlyreview.org/2016/07/01/multinational-corporations-and-the-globalization-of-monopoly-capital-from-the-1960s-to-the-present/> .

TRAGTENBERG, M. **Burocracia e ideologia.** São Paulo: Ática, 1974.

VASUDEVAN, R. **The Rise of the global corporation and the polarization of the managerial class in the US.** Department of Economics, Colorado State University, REVIEW OF POLITICAL ECONOMY, 2018. <https://doi.org/10.1080/09538259.2017.1406225> .

ZEITLIN, M. **Corporate ownership and control: the large and the Capitalist Class.** University of Wisconsin, 1974.

ZEITLIN, Maurice. **The large Corporation and contemporary classes.** New Jersey: Rutgers University Press, 1989.